



## Plínio Salgado e Miguel Reale na AIB: as duas revoluções integralistas

PEDRO I. D. TANAGINO\*

### Introdução

Este artigo aborda de forma comparativa o pensamento político de Plínio Salgado (1895-1975) e Miguel Reale (1910-2006), dois dos principais líderes da *Ação Integralista Brasileira* (AIB), movimento político e cultural que existiu oficialmente entre 1932 e 1937. Salgado, místico e anticartesiano, foi o fundador e Chefe Supremo da AIB, possuindo a prerrogativa de ser a fonte oficial da doutrina; Reale, acadêmico e teórico, foi seu Secretário de Doutrina e Estudos, sendo responsável por elaborar e dar coerência, a partir da doutrinação de Salgado, à teoria do conhecimento integralista. Procuramos demonstrar que, além das diferenças formais entre um, de escrita ensaística e outro, de estilo acadêmico, os estudos sobre as divergências fundamentais entre ambos os pensamentos nos convidam a perscrutar o universo intelectual da AIB em suas disputas (ainda que veladas) pela definição da “revolução integralista” que deveriam dar curso.

Para tanto, priorizamos uma abordagem lingüística e contextualista das fontes históricas, aceitando que os conflitos sociais e políticos do passado devem ser lidos e interpretados através do horizonte conceitual existente e mutuamente compartilhado e desempenhado linguisticamente pelos atores sociais que participaram desses conflitos. Sendo assim, a escolha pelo objeto de estudo, a análise das relações entre textos e seus contextos de emergência, bem como as abordagens das fontes, privilegiam acima de tudo os usos da linguagem no artifício do mundo político e social (JASMIM; FERES JÚNIOR, 2006: 19).

Um conceito não é simplesmente um indicativo das relações que ele cobre; é também um fator dentro delas. Assim, toda linguagem é historicamente condicionada, e toda história é linguisticamente condicionada (JASMIM; FERES JÚNIOR, 2006: 26). Destarte, a investigação conceitual quer tornar as proposições do passado mais precisas em seus termos próprios, deixando mais claras as circunstâncias contemporâneas em que foram formuladas.

Durante a investigação da história de um conceito, é possível investigar também o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* – as duas categorias analíticas fundamentais dessa abordagem - associados a um determinado período histórico, ao mesmo

---

\* Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutorando em História com financiamento CAPES.

tempo em que se investiga a função social e política desse mesmo conceito, aplicando conjuntamente as análises sincrônicas<sup>1</sup> e diacrônicas<sup>2</sup>. Esse procedimento atende ao princípio básico da história dos conceitos, que consiste em redefinir metodologicamente significados lexicais em uso no passado para nossa atual compreensão (KOSELLECK, 2006: 104).

Além de dialogar com a historiografia do tema, que cresce e se diversificada mais a cada dia, nossas fontes primárias são os livros doutrinários integralistas publicados por ambos os autores nos anos de existência da AIB. Sendo assim, a escolha pelo objeto de estudo, a análise das relações entre textos e seus contextos de emergência, bem como as abordagens das fontes, privilegiam acima de tudo os usos da linguagem no artifício do mundo político e social. Das análises comparativas dos pensamentos de Salgado e Reale, pretendemos trazer à luz resultados obtidos na investigação do conceito de “integralismo” utilizado no período Entreguerras no Brasil.

### **Contextualizando a ascensão da AIB: observações em sincronia e diacronia**

A fundação da AIB em 7 de outubro de 1932, chefiada pelo jornalista e político Plínio Salgado, polarizou grupos *autoritários, nacionalistas, conservadores, espiritualistas e totalitários*, se transformando rapidamente em um movimento presente em todo o país. O movimento integralista brasileiro foi fundado por intelectuais, mas também reuniu operários, agricultores, estudantes, profissionais liberais, pequenos e grandes proprietários.

A proposta da AIB era resolver a “questão social” e a “questão nacional” através de uma campanha antiliberal e anticomunista, da organização de um “Estado forte” cuja tônica seria a centralização do poder, a direção da economia, a adoção do sistema corporativista e a revolução cultural<sup>3</sup>, tendo à frente o Chefe Nacional da AIB Plínio Salgado (1895-1975), o chefe do Departamento de Milícia da AIB, Gustavo Barroso (1888-1959), e o jovem Miguel

---

<sup>1</sup> Durante a análise sincrônica de um texto, o historiador deve ter em mente aqueles critérios de seleção que levaram um dado escritor a usar os conceitos de certa maneira e não de outra, e fazê-lo através de uma formulação inteiramente nova ao invés de outra antiga (KOSELLECK, 2006: 102).

<sup>2</sup> Segundo Koselleck, lidamos aqui com uma característica geral da linguagem. Nenhum autor pode criar algo novo sem voltar-se para o corpus estabelecido da linguagem, para aqueles recursos lingüísticos criados diacronicamente no passado e compartilhados por todos os ouvintes e falantes. Toda palavra e todo conceito tem, portanto, um impulso diacrônico contra o qual qualquer um que busque um novo significado precisa operar (KOSELLECK, 2006: 102).

<sup>3</sup> AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**. São Paulo: Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, s/d, p. 1-10.

Reale (1910-2006), chefe do Departamento Nacional de Doutrina da AIB.

. O “*Sigma*” ( $\Sigma$ ), assim como o “*fascio littorio*” no fascismo e a “*hakenkreuz*” (ou “*Swastika*”) no nazismo, foi (e ainda o é, entre os movimentos neo-integralistas atuais) o principal símbolo do movimento integralista brasileiro.

A campanha de Plínio Salgado importava em uma noção de mobilização permanente das massas, a partir da criação de uma cultura política de “cidadãos-soldados” em torno do lema “*Deus, Pátria e Família*”. A causa da AIB, segundo o autor, era “terminar” o processo de formação do Estado Nacional brasileiro – *telos* da história na evolução do “Espírito do Povo” para a filosofia integralista.

No que concerne o problema na “raça” na abordagem integralista da “questão nacional” no Brasil, o homem do “*hinterland*” passava a representar o produto da fusão entre os tipos de gentes que conquistaram à força as selvagens terras da colônia portuguesa na América. Afastado do litoral, mantendo seu estilo de vida rústico e tradicional, a imagem de pureza do homem do interior se assenta na crença de sua impermeabilidade à civilização, simbolizado no integralismo pelo *Curupira*<sup>4</sup>. Consequentemente, o “caboclo” (isto é, o “mestiço”) seria o símbolo vivo do verdadeiro espírito nacional forjado na Conquista, o resquício quase intacto do “*Volksgeist*” originário da nação, adormecido por séculos em face à invasão da cultura estrangeira (SALGADO, 1935: 51). Assim, a síntese étnica e cultural seria um dos sentidos contidos no *Sigma* da AIB.

Não obstante, também podemos entender o *Sigma* como a síntese dos tempos históricos, de acordo com a Filosofia da História integralista. O integralismo, como outros “ismos” característicos da modernidade baseados na noção do *progresso*, teve seu sentido teleológico explicado por uma Filosofia da História, a qual apresentava um projeto de “consumação da História” com a realização da *síntese* final dos tempos históricos: a “*quarta humanidade*”, conjunto de teses expostas por Plínio Salgado em artigos e conferências, no início da década de 1930, compilados com a publicação do livro *A Quarta Humanidade* em 1934.

---

<sup>4</sup> O Curupira foi eleito símbolo dos verdeamarelos (ou “movimento verdamarelista”). De acordo com Gilberto Vasconcellos, No mito tupi-guarani, o Curupira, que significa “o coberto de pústulas”, é um duende de pés voltados para trás (e calcanhar para frente), índio e deus protetor das florestas, que vive longe das praias. Dotado de grande habilidade para se enfiar no mato e meter-se terra adentro. De acordo com o autor, este foi um mito que se encaixou muito bem ao “ideal xenófobo de uma cultura fechada: índio sem fendas, hirto e defensivo, invulnerável à penetração estrangeira, sisudo e compenetrado, vacinado contra a sedução transoceânica e avesso às ‘ideologias exóticas’”. (VASCONCELLOS, 1979: 20).

Esses tempos históricos não lineares, mas contextualmente descontínuos foram denominados “politeísmo”, “monoteísmo”, “ateísmo”, sendo visões de mundo, do conhecimento e do tempo conflitantes, que deveriam ser sintetizadas com o “integralismo”, dando início à “Era Integralista”<sup>5</sup>, remontando às tradições do pensamento idealista que recuam muito além do século XIX de Hegel, às reinterpretações das profecias danielinas do abade Giovacchino da Fiore no Medievo, que tão grande impacto causou na formação do pensamento político moderno que, segundo acreditam muitos estudiosos, foi inaugurado pelos hereges do Renascimento inspirados pelo *joaquinismo*<sup>6</sup>, e outras tendências, como o neoplatonismo (TANAGINO, 2013: 96).

Assim, o conceito de “*integralismo*”, analisado em seu contexto de emergência, pode ser visto enquanto um novo paradigma e um novo método de construção do conhecimento, que se apresentou como o produto da revisão e *síntese* das filosofias do passado submetidas à nova sensibilidade proposta pelo movimento integralista para o processo do *conhecer* e do *ser*. Ser “integral” é querer buscar uma visão integrada das diferentes partes dos problemas da vida e da realidade, compreendida em sua dualidade entre as forças da *matéria* e do *espírito*, manifestadas nas visões de mundo *materialista* e *espiritualista*, para assim poder atuar e

---

<sup>5</sup> Como escreveu Plínio Salgado: “A História deve revelar-nos as posições do Ser Humano na sua permanente gravitação. No desenvolvimento desses ritmos é que vamos surpreender as três etapas, que poderemos denominar: de *adição*, de  *fusão* e de *desagregação*. A formação das sociedades obedeceu a esses movimentos. A Primeira Humanidade veio da caverna, até a criação do Politeísmo; a Segunda, vem do Politeísmo ao Monoteísmo; a Terceira vem do Monoteísmo ao Ateísmo; e a Quarta, que é a nossa, encontra-se na mesma situação trágica da Primeira, diante do mistério universal. Depois da adição, da fusão e da desagregação, chegou a hora da síntese” (SALGADO, 1995: 20).

<sup>6</sup> De acordo com Rossatto, “*Joaquimismo*” se refere à obra do abade, “*Joaquinismo*” se refere à obra dos seus seguidores (ROSSATTO, 2004: 17). Variante rica do milenarismo, o joaquinismo predisse a instauração sobre a Terra de uma sociedade de iguais, governada por santos do tipo monástico sob a influência e inspiração do Espírito Santo. A atração dessa visão do mundo futuro sobre numerosos cristãos é fácil de imaginar, assim como seu caráter revolucionário inquietante para os detentores do poder, a começar ela Igreja. (LEGOFF, 2007: 51). Segundo Henri De Lubac, pesquisador do legado cultural do abade Joaquim de Fiore, a influência da doutrina joaquinista pode ser lida em algumas das mais atuantes Filosofias da História elaboradas na modernidade, entre as quais, algumas enfaticamente desaprovadas pela Igreja. Segundo o autor, é inegável que as teorias joaquinitas das Três Idades reapareceu, por exemplo, nas teorias da evolução histórica elaboradas por filósofos idealistas como Lessing, Herder, Schelling, Fichte, e em certa medida, Hegel, Comte e Marx. (DELUBAC, 1989). Marilena Chauí (2000) também possui estudos sobre a influência do joaquinismo na sociedade e no pensamento político brasileiro, observando sua dialética da Colônia à República, escavando até encontrar esse milenarismo herético nos substratos históricos dos vocabulários políticos empregados pelos integralistas. No prefácio à 5ª edição de *A Quarta Humanidade* de Plínio Salgado, Cláudio De Cicco escreveu que “Não seria pois temerário ver, talvez pela primeira vez em sua densa bibliografia crítica, um teólogo da História no autor da *Vida de Jesus*, *O Rei dos Reis* e *A Quarta Humanidade*, na linha inaugurada pelo Beato Joaquim de Flora” (SALGADO, 1995: XIV). Em função de todas essas ligações, pusemo-nos a dedicar bom tempo de nossa pesquisa a este assunto, esforço que ainda se encontra em fase inicial.

interferir na realidade, a partir da premissa de que “a ideia-força pode interferir no fato histórico” (SALGADO, 1955: 14), expressando a visão “oficial” da “revolução integralista”.

Por meio da ação de uma campanha ideológica pragmática, veiculada por jornais, revistas, rádio, cinema e muitos livros, somada a uma doutrina de formação moral, cívica e física, os integralistas apresentaram ao Brasil seu projeto de uma urgente revolução, com a apresentação de grandes desfiles e a formação das Milícias Integralistas, braço paramilitar do movimento. Fascismo e antifascismo já se enfrentavam no Brasil desde a década de 1920, mas foi após a fundação da AIB que os embates aumentaram, tornaram-se mais violentos e adquiriram proporções nacionais, principalmente após a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>7</sup> em janeiro de 1935, que foi de fato a maior rival da AIB no período, mesmo após seu fechamento em julho do mesmo ano.

Com a adesão de Luiz Carlos Prestes ao marxismo-leninismo e a formação, em 1935, da ANL, o clima começou a mudar. Após o levante promovido pela ANL em novembro do mesmo ano - a “Intentona Comunista” - o sentimento anticomunista atingiu um pico nunca antes visto no Brasil (MOTTA, 2002: 10). Multiplicaram-se atentados terroristas e batalhas campais das pequenas às grandes cidades do país, entre antifascistas e integralistas, e entre estes e as forças públicas de segurança, resultando em diversos feridos, mortos e presos.

Ao lado da formação de seções de estudos voltadas para a publicação de pesquisas e obras desenvolvidas pelo “método integral”, os integralistas aderiram ao uso de um conjunto de símbolos, práticas, rituais, que envolvia um uso criterioso e regulado de uniformes, insígnias, honras, regalias, hinos, eventos esportivos, culturais e políticos. Eles adotaram como símbolos a bandeira azul e branca, a camisa-verde, a letra grega *Sigma*, a saudação de inspiração tupi *Anauê!* (que já foi traduzida como “você é meu amigo”, “você é meu parente”

---

<sup>7</sup> A ANL foi fundada em janeiro de 1935, após uma série de arranjos entre setores das esquerdas, antifascistas e opositores do governo, elegendo Luiz Carlos Prestes (que estava na URSS) seu presidente de honra. Seu programa, divulgado em fevereiro do mesmo ano, tinha como principais objetivos a suspensão do pagamento da dívida externa do país, nacionalização das empresas estrangeiras fixadas no país, reforma agrária e proteção aos pequenos e médios proprietários e garantir as “liberdades democráticas” com a implantação de um “governo popular”, sem definir exatamente por quais vias deveriam atingir tais propostas. Em um comício organizado no dia 5 de julho pela ANL, em comemoração aos levantes tenentistas de 1922 e 1924, foi lido um manifesto atribuído a Prestes, no qual conclamava as forças populares e as esquerdas à deposição do governo. Esse ato ocasionou a suspensão de seu funcionamento legal com base na Lei de Segurança Nacional sancionada no começo de 1935. De acordo com dados fornecidos pela FGV e CPDOC, “calcula-se que dezenas de milhares de cidadãos filiaram-se formalmente à ANL, embora o número exato dessas filiações jamais tenha sido conhecido”. Aliança Nacional Libertadora. Anos de Incerteza (1930-1937). In: **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>, consultado em 12 jan 2015.

ou como “eis-me aqui”) acompanhada pelo gesto de erguer o braço reto para o alto, e o culto à personalidade do líder carismático, na pessoa do fundador e Chefe Nacional em caráter perpétuo da AIB, Plínio Salgado.

Todavia, no ano de 1937, enquanto Salgado avançava com sucesso em sua campanha para as eleições presidenciais previstas para o início de 1938, Vargas e seu governo articulavam um golpe de Estado que mudou o destino da AIB. Aliás, o estopim da virada política que ocasionou o golpe de 10 de novembro de 1937, com a outorga da nova Constituição, a “Polaca”, e a implantação da ditadura do Estado Novo, surgiu no seio da AIB, gerando efeitos monumentais no país, operados pelas mãos do governo. Referimo-nos ao enredo conspiratório divulgado pelo governo em setembro de 1937, conhecido como “*Plano Cohen*”<sup>8</sup>. Esse documento teria sido elaborado pelo então capitão Olympio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira, para fins de um estudo estratégico em caso de uma hipotética invasão comunista no país, exclusivo ao uso interno da AIB. Nas palavras de Miguel Reale, “Ninguém ignora que se tratava de solerte utilização para fins políticos, de um documento que, segundo me disse o capitão Olympio Mourão Filho, havia sido escrito apenas como peça integrante de um ‘exercício do Estado Maior’” (REALE, 1987: 120), sendo que, no caso, o autor se refere ao “Estado Maior” da AIB, chefiado por Mourão Filho.

Gonçalves nos afiança que a “presença dos integralistas no processo de organização para a implantação do Estado Novo passava a ser um elemento de esperança para os camisas-verdes” (GONÇALVES, 2014: 132), esperança, no caso, de serem incorporados nos quadros do Estado pelo novo regime. Em setembro de 1937, Francisco Campos teria encontrado Plínio Salgado, em sigilo, autorizado pelo presidente Vargas, entregando ao líder integralista um original do texto final da nova constituição que seria outorgada em breve, por um golpe de Estado (SALGADO, 1950: 118). O conhecimento e participação de Salgado no golpe do

---

<sup>8</sup> As memórias dos participantes do evento se confrontam, mas parece unânime que o general Góes Monteiro se apropriou do documento, que estava na posse do general Álvaro Mariante, apresentando-o em reunião da alta cúpula militar onde estavam presentes, além de Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, também o ministro da guerra, general Eurico G. Dutra e o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, como uma “evidência” apreendida pelas Forças Armadas. O caso veio a público logo em seguida, causando uma grande onda de pânico. Em seguida, Vargas conseguiu que o Congresso aprovasse mais uma vez o decreto de “estado de guerra”, criando um espaço de consenso que possibilitou o golpe de novembro de 1937 e a implantação do Estado Novo. Cf.: Plano Cohen. Anos de incerteza (1930-1937). In: **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>, consultado em 12 jan 2015.

Estado Novo também são mencionados por Vargas em trechos de seu *Diário* (VARGAS, 1995: 89).

Porém, talvez a maior contribuição do movimento integralista para o golpe do Estado Novo e a constituição que o fundamentou, seja, como foi descrito por Salgado em uma carta enviada a Vargas em janeiro de 1938, na qual o líder da AIB escreveu: “Não seria eu bastante sincero e honesto se pretendesse dar ao seu governo a minha colaboração pessoal, quando esta não implicasse na adesão, à minha atitude e aos objetivos de V. Exa., de mais de um milhão de brasileiros que criaram, pela doutrinação e propaganda, o clima sem o qual não se tornaria possível a transformação constitucional de 10 de novembro” (SALGADO, 1950: 111).

Embora a AIB tenha sofrido com a nova ordem inaugurada pela “Polaca”, seu papel no golpe de 1937 foi decisivo. Esse hiato entre as expectativas dos seguidores de Plínio Salgado e os interesses do governo no Estado Novo serviu de estopim para o malogrado “*putsch liberal-integralista*”, em maio de 1938, no qual Vargas e sua família foram mantidos reféns por algumas horas, até serem vencidos pelas tropas do governo. Perseguidos após esse evento, com muitas fugas e exílios de seus membros para a Europa e outros lugares. Miguel Reale fugiu para a Itália (1938-1939) e Plínio Salgado foi exilado para Portugal (1939-1945) a AIB foi finalmente desarticulada, mas deixou o seu legado marcado na Constituição Federal de 1937, que institucionalizou o autoritarismo, e também nos corações e mentes de muitos “homens integrais” que despertaram dali em diante – sobretudo das casernas - alterando os rumos da história do país, como o fez o general Mourão Filho, partindo com suas tropas de Juiz de Fora - MG rumo ao Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964.

### **A revolução integralista entre a doutrina de Salgado e a teoria de Reale**

Plínio Salgado pregou em sua doutrina o nascimento de um “novo homem”, o “Homem Integral”, como o principal *output* da revolução integralista. Em outras palavras, a “Era Integralista” só seria uma realidade quando a “revolução interior” tivesse emergido no âmago de cada consciência individual, através de um processo longo de transformação cultural que poderia durar gerações, como Salgado sempre frisou.

Segundo Salgado, “O homem é novo, quando se rejuvenesce pela ação criadora do seu mundo interior; e quando ele se sente suficientemente jovem, interfere, atua, modifica, na ânsia de renovar a face da terra” (SALGADO, 1955: 47-48) Contudo, nessa narrativa, o conceito de

Homem Integral cujo destinatário é nesse texto a elite dirigente, Salgado afirmou que o indivíduo não se determina pelas circunstâncias, não se submete passivamente, mas antes, nelas interfere e domina com poder e autonomia – é autônomo porque a ideia é autônoma (SALGADO, 1955: 20), ou seja, a “Revolução é ato do Homem e não da Humanidade” (SALGADO, 1955: 48).

Assim, sobre sua idéia da verdadeira revolução integralista, Salgado escreveu que “Neste ponto, o problema será de cultura, se tomarmos a cultura como síntese de conhecimentos, de finalidade espiritual, de compreensão de necessidades e de modalidade sentimental. Criar essa cultura será formar uma ‘elite’ de onde sairão os médiuns da Nação” (SALGADO, 1935: 106). As considerações sobre o teor “elitista” dessa doutrina ficarão para momento mais oportuno, cabendo ressaltar por ora os métodos herméticos do Chefe Nacional da AIB. Conforme Salgado, compreendendo-se o Sigma, isto é, a “mística” do movimento integralista, compreender-se-á o seu método de construção do conhecimento:

O Integralismo, tenho dito às inteligências mais esclarecidas, é um método. Sendo uma filosofia, sendo uma norma moral, sendo uma política na alta acepção do vocábulo, determina uma concepção de método. Esse método só o apreende quem se deixou penetrar pela mística do Movimento. Sim; porque somos também uma mística. Sabemos que todos os grandes empreendimentos humanos só se tornam possíveis mediante o misticismo que lhes é próprio. Não se confunda, porém, o misticismo dos homens ativos com o misticismo dos homens contemplativos. Nós somos, principalmente, homens ativos. (SALGADO, 1937b: 183-184).

Salgado postulou em *A Quarta Humanidade* que o Estado Integral deveria consultar, ao mesmo tempo, as contingências da vida material do Homem e sua inerente “aspiração do infinito”. O “Estado finalista”, segundo o autor, é o que procura suas origens na própria origem do Universo e do Homem, e por isso, ruma para a finalidade suprema do Espírito, integrando nas suas próprias forças a totalidade das forças humanas (SALGADO, 1995: 41).

Para Marilena Chauí, essa leitura do problema indica uma visão característica do pensamento de Salgado, que aceitava enquanto necessário, o processo de edificação do Estado-nação brasileiro, projetando, segundo a autora, “uma figuração hegeliana do Estado, encarado como resumo (*zusammenfassung*) dos conflitos da sociedade civil e como seu *telos* necessário” (CHAUÍ, 1985: 21-22), cabendo ao Estado assumir o processo de modernização, antecipando-

se às classes e constituindo-as como tal. Em entrevista concedida ao *Correio da Manhã* Plínio Salgado fez uma declaração que corrobora essa noção proposta pela filósofa brasileira:

O Estado passa a ser o Grande Revolucionário, falando em nome das inquietações, dos desejos, das aspirações superiores, dos sentimentos de justiça da Nação. O Estado adquire, assim, uma autoridade nova, sobrepairando aos interesses de grupos sociais, políticos ou econômicos. O Estado passa a ser o supervisor, o mantenedor de equilíbrios, a concretização do ideal de justiça e de liberdade, o criador dos ritmos sociais (SALGADO, 1937a: 170).

Segundo Chasin, o projeto ruralista imbuído no discurso de Plínio Salgado, agiria como uma forma de reter o processo de acumulação capitalista no Brasil, ocorrido, segundo o autor, em estágio hiper-tardio, ou seja, após a consolidação capitalista tardia de países como Alemanha e Itália. Diferentemente dos fascismos característicos nos países de capitalismo tardio, o discurso pliniano negava a urbanização e a industrialização em nome de uma “utopia regressiva” que almejava um Brasil agroexportador de pequenos proprietários (CHASIN, 1978).

Ricardo Benzaquen de Araújo, abordando os conceitos de totalitarismo, autoritarismo e ditadura, segundo as noções defendidas por Barrington Moore Jr, Hannah Arendt, Juan Linz e Karl Mannheim, entendeu na ideologia elaborada por Salgado, a “afirmação de um projeto de cidadania e soberania popular através de uma modalidade radical de mobilização, que envolve a tudo e a todos, de forma permanente e ilimitada, na defesa de seus ideais” (ARAÚJO, 1988b: 22). E por isso mesmo, poderíamos entender como *totalitário* o projeto revolucionário de Plínio Salgado, contrastando, mas não de forma de excludente, com a sua postura autoritária e com a visão conservadora que mantinham em face ao processo de modernização do país.

O tema da reforma do Estado está presente no pensamento de Salgado desde o período em que esteve filiado ao Partido Republicano Paulista. Entretanto, ele nunca chegou a possuir uma teoria clara e delimitada do Estado que deveria propor. Algumas questões como o fim dos partidos e do sufrágio universal já eram assentes em seu ideal político, porém, até a fundação da AIB, o Estado Integral recebeu trabalhos mais elaborados de outros intelectuais colaboradores da AIB, como Olbiano de Mello. Todavia, a teoria do Estado encontrou seu maior intérprete no jovem Miguel Reale, que foi quem exerceu a maior influência sobre o pensamento de Salgado em relação à nova doutrina do Estado. Não obstante, a afirmação do

republicanismo na AIB se confirmou apenas com a definição proposta por Miguel Reale, em face à pressão do setor monarquista (que se tornou minoritário) que estava presente na formação do movimento integralista (TRINDADE, 1979: 119).

O contato de Miguel Reale com o integralismo deu início à sua carreira política e intelectual. Não obstante fossem nascidos na mesma cidade, São Bento do Sapucaí, um pequeno município paulista no Vale do Paraíba, Reale afirmou ter se encontrado pela primeira vez com Salgado apenas em outubro de 1932 (REALE, 1987: 72). O jovem Reale ainda não havia concluído seus estudos na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo, mas já causara entusiasmo em Salgado devido a seus interesses por História, Filosofia do Direito e Teoria do Estado. Reale defendia uma concepção de Estado que levasse à “integração do *ser e dever ser*”, o que teria levado seu conterrâneo e futuro padrinho de casamento, a dizê-lo que teria tudo para se tornar “o jurista do Estado Integral” (REALE, 1987: 73).

Ricardo Benzaquen de Araújo compreende a originalidade do integralismo no Brasil a partir da consideração da universalidade do fenômeno do totalitarismo. Todavia, Araújo inovou em seu tempo, ao propor uma análise teórica que enxerga uma clivagem entre o integralismo “totalitário” de Plínio Salgado e Gustavo Barroso e o integralismo “conservador” de Miguel Reale (ARAÚJO, 1988a).

Araújo salientou que a formação acadêmica de Reale veio a influenciar de forma indelével a sua obra integralista, dando-lhe um sentido extremamente erudito, apoiado na tradição sociológica de pensadores como Émile Durkheim, Alexis de Tocqueville e Jacob Burckhardt. Assim, cultura jurídica, informação socialista - Reale iniciou seus estudos marxistas na faculdade, que o levaram a assumir a posição de um “socialismo revisionista” ao ingressar na AIB (REALE, 1987: 41-54) - e erudição sociológica, são, na visão de Araújo, os principais elementos da “visão conservadora” que Reale vai construir do integralismo (ARAÚJO, 1988a: 5).

Além da erudição acadêmica e publicação de estudos integralistas, Reale também exerceu o papel de organizador da doutrinação de Salgado. Tal posição se confirmou quando assumiu o papel de revisor das informações veiculadas nos jornais, a fim de evitar a publicação de contradições doutrinárias. Reale consolidou seu importante papel intelectual na AIB por meio da elaboração de obras teóricas basilares para o movimento, concernentes à Teoria da História integralista e ao Estado corporativista, entre elas *O Estado Moderno*: liberalismo-

fascismo – integralismo, obra publicada pela primeira vez em 1934, o *ABC do integralismo*, em 1935 e *Atualidades de um Mundo Antigo*, em 1936.

Reale considerou seu livro *O Estado Moderno*, publicado pela primeira vez em 1934, sua principal obra do período integralista. Conforme escrevera no seu prefácio, “este livro exprime a vontade firme de teorizar a vida e de viver a teoria na unidade indissolúvel do pensamento e da ação” (REALE, 1983: 7). Essa obra trouxe a teoria mais elaborada sobre o Estado Integral, a partir da crítica aos modelos liberal e fascista, imbuída Do que Reale chamou de “uma espontânea atitude weberiana”, sentiu-se então “Guiado por essa linha de pensamento, distribuí as doutrinas filosófico-jurídicas mais em voga, segundo uma escala crescente de integralidade, a partir das menos compreensivas ou de caráter reducionista até atingir as de natureza globalizante” (REALE, 1987: 146).

Delimitando o integralismo entre os grupos do pensamento político que se ergueram contra a “filosofia burguesa” do “*Século das Luzes*”, Reale escreveu “Atentai bem para estes fatos. Eles vos mostram qual é o sentido dos movimentos que se declaram tão *antiburgueses* como *anticomunistas*, e baseiam a sua doutrina na consideração do homem integral, reerguendo a bandeira do Humanismo” (REALE, 1983: 23).

Conforme Alexandre Pinheiro Ramos, Reale acreditava que o uso das leis e do Direito seriam capazes de operar a tão sonhada transformação do indivíduo e da sociedade de forma imediata. Reale era contra o aspecto de uma revolução cultural em longo prazo postulada por Plínio Salgado, noção que nos dá a impressão de que o Homem Integral afloraria do interior de cada indivíduo. Assim surgiu o conceito de Estado Integral de Miguel Reale, cujas normas iriam impor a revolução cultural, partindo do exterior até o interior de cada um (RAMOS, 2012: 17-18). Esta visão se tornou a base das teorias formuladas por Reale acerca da organização social *corporativista*, pensamento que o autor deu desenvolvimento no campo do *sindicalismo*, após 1945.

O Secretário de Doutrina e Estudos da AIB apresentava uma visão pragmática da revolução cultural integralista, ponto no qual se diferenciava de Salgado. Enquanto Salgado nos afirma uma revolução de longo prazo, iniciada no interior dos indivíduos, podendo levar gerações para se realizar plenamente, Reale nos apresentou o Estado Integral como um catalisador de uma revolução imediata, de fora para dentro dos indivíduos, ou seja, formando o “*ser*” por meios das normas – as imposições idealistas do “*dever ser*”.

### Considerações finais

Com essa investigação, buscamos compreender o integralismo enquanto uma teoria do conhecimento e uma escrita da História originais fundamentadas no período entreguerras, bem como procuramos demonstrar como a análise do desenvolvimento do “*paradigma integralista*” nas obras de Plínio Salgado e Miguel Reale é crucial para entendermos o processo de transformações políticas e culturais históricas vividas no Brasil republicano, entre a primeira e a segunda metade do século XX.

Esse artigo apresenta resultados dos primeiros esforços de uma pesquisa de doutorado, na qual investigamos o integralismo em Miguel Reale. Primeiramente, é contrastante a abundância de trabalhos dedicados ao pensamento de Salgado, em face à escassez de investigações históricas profundas sobre um dos maiores líderes integralistas que, ao longo de uma vida política e intelectual intensa, se tornou “O pai” do atual *Código Civil Brasileiro de 2002*, entre outras ações históricas no campo político e intelectual que merecem estudo.

Os estudos iniciais da obra de Reale estão sendo comparados com a obra de Plínio Salgado, analisada em pesquisa anterior (Cf.: TANAGINO, 2013). Aprofundando-nos no método integralista e no sentido de síntese que este trazia, representado pelo símbolo da letra grega “Sigma” ( $\Sigma$ ), caminhamos rumo ao principal objetivo de nossa pesquisa, que é contribuir com os estudos que vem realizando uma redefinição metodológica do conceito de “*integralismo*” empregado pela historiografia contemporânea.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **In medio virtus**: uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988a.

\_\_\_\_\_. **Totalitarismo e Revolução**: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1988b.

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: \_\_\_\_\_; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DE LUBAC, Henri. **La posteridad espiritual de Joaquín de Fiore: De Joaquim a Schelling.** Madrid: Ediciones Encuentro, 1989, v.1.

\_\_\_\_\_. **La posteridad espiritual de Joaquín de Fiore: De Saint-Simon a nuestro días.** Madrid: Ediciones Encuentro, 1989, v.2.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O Estado Novo: fim da Ação Integralista Brasileira e prisão de Plínio Salgado. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; \_\_\_\_\_. (orgs.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas.** Rio de Janeiro: Mauad X/ Faperj, 2014.

JASMIM, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. “História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual”. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, pp. 9-38.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média: conversas com Jean-Luc Pouthier.** Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937). **Revista Intellectus.** Ano 7, vol. II, 2008. Disponível em: <http://www.intellectus.uerj.br>, acessado em 21 de outubro de 2012.

ROSSATTO, Noeli Dutra. **Joaquim de Fiore:** Trindade e Nova Era. Porto Alegre: EDIPURS, 2004.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. “É Preciso Crer”: contribuição para uma história do conceito de Homem Integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937). Dissertação de Mestrado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

TRINDADE, Hélió. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.** 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1979.

VARGAS, Getúlio. **Diário (1930-1942)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, v. 2, 1995.

VASCONCELLOS, Gilberto. **Ideologia Curupira: análise do discurso integralista**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

### Fontes

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**. São Paulo: Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, s/d, p. 1-10.

Aliança Nacional Libertadora. Anos de Incerteza (1930-1937). In: **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>, consultado em 12 jan 2015.

Plano Cohen. Anos de incerteza (1930-1937). In: **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>, consultado em 12 jan 2015.

REALE, Miguel. O Estado Moderno: Liberalismo. Fascismo. Integralismo. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas** (1ª fase – 1931/1937). Brasília: Editora UnB, 1983, Tomo II.

\_\_\_\_\_. **Memórias: Destinos Cruzados**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1987, v.1.

SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. 5 ed. São Paulo: GRD, 1995.

\_\_\_\_\_. Carta do Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira Plínio Salgado, ao Senhor Dr. Getúlio Vargas, presidente da República em 28 de janeiro de 1938. In: SALGADO, Plínio. **O integralismo perante a nação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.

\_\_\_\_\_. **Despertemos a Nação!** Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

\_\_\_\_\_. O que distingue o integralismo dos movimentos nacionalistas do mundo In: SILVARES, Alberto. **O comunismo e seu contraveneno**. Rio de Janeiro: Minerva, 1937a.

\_\_\_\_\_. **Páginas de Combate**. Rio de Janeiro: Antunes, 1937b.

\_\_\_\_\_. Psicologia da Revolução. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v.7.

